

A “CARAVANA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA” COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA AFROCENTRADA:

uma leitura do projeto da Coordenadoria Regional da Educação/CE sob uma escuta deleuziana do desejo

João Vitor Dias da Silva

Antropólogo (UFC) e professor de Sociologia (SEDUC-CE), joao.silva128@prof.ce.gov.br

1. Introdução

A Caravana da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, realizada na EEEP Marta Maria Giffoni de Sousa e promovida pela Coordenadoria Regional da Educação Área 3 (CREDE 03), constitui uma experiência pedagógica que desloca a aula do lugar da repetição para o campo da criação. A iniciativa percorre escolas e comunidades com oficinas, rodas de conversa, exposições, seminários e vivências que reconhecem história, memória e tradições afro-brasileiras e indígenas, articulando cultura e currículo escolar em perspectiva antirracista e intercultural. Nesse sentido, no interior da comunidade EEEP Marta Giffoni, a Caravana é tratada sob uma ótica de reorganização escolar a partir da presença viva de saberes historicamente silenciados, produzindo outra economia do olhar, da fala e da escuta.

O problema que atravessa este resumo é a distância ainda recorrente entre a determinação legal do ensino da cultura africana, afro-brasileira e indígena e sua concretização no cotidiano escolar. A existência das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 não garante, por si, uma prática curricular capaz de romper com o eurocentrismo, com o currículo monocromático e com a desqualificação das matrizes negras e originárias. A Caravana tensiona essa distância ao transformar os componentes curriculares da BNCC em territórios de encontro, problematização e invenção, fazendo da aula um espaço de produção de desejos, no sentido deleuziano, isto é, um campo em que aprender deixa de ser mera recepção e passa a ser produção de mundo.

Objetiva-se, portanto, apresentar a Caravana como prática pedagógica insurgente; explicitar a metodologia afrocêntrica adotada; e discutir seus efeitos formativos na autoestima negra, na ampliação das referências identitárias e na efetivação do ensino da história e cultura africana e indígena no currículo escolar.



2. Metodologia

Trata-se de um relato analítico de experiência, ancorado na documentação produzida pela própria Caravana e em uma leitura teórico-pedagógica de matriz afrocentrada. A organização metodológica inspira-se na *Metodologia dos Odus* (MACHADO, 2019), mobilizada aqui como uma gramática de percurso e interpretação. Em vez de reduzir o processo investigativo a uma sequência linear, os *Odus* orientam um movimento circular e relacional, no qual origem, deslocamento, travessia, aprendizagem e retorno se afetam mutuamente. O método não separa forma e conteúdo: cada etapa do caminho é também um modo de conhecer.

Na prática, esse princípio se expressa em círculos de diálogo, rodas de seminário, oficinas-performativas, registros sensoriais e saídas de campo. A caravana evidencia atividades como trança nagô, batuque ancestral, capoeira de Angola, exibição de filmes e seminários sobre povos africanos e originários, além de laboratórios de campo em comunidades e territórios de memória. Essas ações foram articuladas aos componentes curriculares da área de Humanas, especialmente Sociologia, História, Geografia e Filosofia, em diálogo com temas da BNCC relativos à identidade, diversidade cultural, memória, territorialidades, relações étnico-raciais e formação cidadã.

A Metodologia dos Odus, nesse contexto, opera como uma pedagogia do encontro, ao escutar o território, valorizar a experiência, acolher a pluralidade dos estudantes e produzir conhecimento em coautoria com a comunidade, em consonância com a proposição afrorreferenciada desenvolvida por Machado (2019). A aula acontece ao mobilizar potências e deslocar percepções, compreendendo-as como aquilo que força o pensamento a pensar (DELEUZE, 2006). Trata-se de um modo de ensinar que entende o saber como força viva, inscrita nos corpos e nas experiências, em diálogo com a leitura deleuziana de Espinosa acerca dos afetos como variações da potência de agir (DELEUZE, 2002).



A Caravana respeita preceitos éticos de cuidado e devolutiva social, evitando a captura *folclorizante* dos saberes afro-indígenas e recusando sua transformação em objeto exótico de contemplação curricular. Ao inscrever tais saberes como operadores críticos do próprio currículo, instaura um movimento interno de desestabilização das hierarquias epistêmicas e produz linhas de fuga que atravessam as estruturas escolares (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Pretende-se, para além da ampliação de repertórios culturais, a ativação de uma leitura crítica do mundo escolar, descolonizando o currículo por dentro. A aula, nesse horizonte, deixa de ser espaço de transmissão e passa a constituir-se como campo de produção de desejos, onde o pensamento se move por intensidades e cria conexões imprevistas (DELEUZE, 2006). Assim, a Caravana não se limita a acrescentar conteúdos ao currículo; ela o atravessa, reconfigurando a própria experiência pedagógica desde dentro.

3. Resultados e Discussão

Os resultados observados indicam que a Caravana produz deslocamentos concretos na vida escolar. Em primeiro lugar, há um reforço da autoestima negra entre estudantes que passam a encontrar, no espaço da aula, imagens positivas de si, de seus corpos, de seus cabelos, de seus territórios e de suas ancestrais formas de existir. As oficinas de trança, batuque e capoeira, assim como os seminários temáticos e as exibições audiovisuais operam como dispositivos de reconhecimento simbólico e político.

Esse reconhecimento é decisivo porque a negação da história africana e indígena costuma se refletir em práticas escolares estereotipadas e no baixo estímulo a práticas que discutem determinados corpos e pertencimentos. Ao contrário dessa perspectiva silenciadora, a Caravana instala uma proposição onde o estudante-sujeito deixa de ser objeto de uma narrativa alheia e passa a ocupar o lugar de produtor da memória, leitura e intervenção. O resultado desse deslocamento propositivo é uma ecologia relacional que produz pertencimento, voz e horizonte.

Outro resultado relevante é o fortalecimento da efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. A Caravana demonstra que o cumprimento dessas normativas exige planejamento curricular, formação docente, vínculo com o território, repertório metodológico

e compromisso político. Ao integrar as vivências afrobrasileiras e indígenas aos conteúdos de Humanas, o projeto converte a obrigação legal em prática pedagógica concreta, tornando a legislação uma experiência vivida e não apenas um texto normativo.

Sob o escopo deleuziano, a aula aparece como máquina de afetos e de produção de desejos. A Caravana aciona essa potência ao fazer da escola um espaço seguro em que corpos, sons, imagens, memórias e narrativas se encontram para fabricar novas possibilidades de existência. A aula, assim, deixa de ser um corredor estreito de conteúdos e se torna um território vibrátil de experimentação, onde aprender é também desejar outros modos de vida, outros modos de pensar e outros modos de estar no mundo.

A experiência também evidencia a importância da coautoria entre estudantes, professores e comunidade. A Caravana funciona como laboratório investigativo e como base para outros eventos escolares, ampliando sua capacidade de irradiar pesquisa, vivência e material pedagógico. Há, portanto, um efeito multiplicador: a experiência não se encerra em si mesma, mas reorganiza práticas, inspira novas ações e fortalece o currículo como campo de disputa simbólica.

4. Conclusões

A Caravana da Cultura Afro-Brasileira e Indígena afirma-se como prática pedagógica insurgente porque rompe com a neutralidade do currículo e recoloca a escola em diálogo com memórias historicamente interditadas. Ao adotar uma metodologia afrocentrada, inspirada nos Odus, a experiência produz um modo de ensinar que escuta o território, respeita os saberes e transforma o conhecimento em travessia compartilhada.

Conclui-se que a Caravana fortalece a autoestima negra, amplia repertórios identitários e atua como instrumento efetivo de cumprimento da legislação que determina o ensino da cultura africana e indígena. Ao mesmo tempo, sua inscrição deleuziana recoloca a aula como plano de composição do desejo, no qual aprender é inventar relações mais justas entre sujeito, cultura e mundo.

Palavras-chave: Caravana da Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Metodologia dos Odus; Pedagogia do Acontecimento



6. Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, Gilles. Espinosa: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MACHADO, J. P. Odus: filosofia africana para uma metodologia afrorreferenciada. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, v. 11, n. 1, p. 213-236, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39952>. Acesso em: 24 abr. 2026.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2004.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. XV Caravana da Cultura Afro-Brasileira e Indígena. EEEP Marta Maria Giffoni de Sousa, 2026.

